



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 01, pp. 43854-43856, January, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.20875.01.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## PERCEPÇÃO SOBRE ENSINO CONTINUADO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ, BRASIL

<sup>1</sup>Fernando Alberto Souza Lima and <sup>2</sup>Andréa Bittencourt Pires Chaves

<sup>1</sup>Mestrando do Programa de pós-graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil; <sup>2</sup>Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará e professora do Programa de pós-graduação em Segurança Pública, pela mesma universidade

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 22<sup>nd</sup> October, 2020

Received in revised form

14<sup>th</sup> November, 2020

Accepted 19<sup>th</sup> December, 2020

Published online 30<sup>th</sup> January, 2021

#### Key Words:

Military police education; continuing education; Military police; formation; police.

#### \*Corresponding author:

Fernando Alberto Souza Lima

### ABSTRACT

Continuing education in the military police is a tool capable of improving the performance of these professionals. This article analyzed the perception of cables, sergeants and sublieutenants of the Military Police of Pará on the subject and its reflections in daily work. A structured questionnaire was applied to the military in Belém, Pará, chosen by proportional stratified random sampling. The information collected showed that 70% of the subjects feel partially prepared to act after training; the legal burden should increase, while disciplines with humanistic content could be diminished, reflecting a though to faction, little reflection and legal support.

Copyright©2021, Fernando Alberto Souza Lima and Andréa and Bittencourt Pires Chaves, 2021. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Fernando Alberto Souza Lima and Andréa and Bittencourt Pires Chaves, 2021. "Percepção sobre ensino continuado na polícia militar do estado do Pará, Brasil" *International Journal of Development Research*, 11, (01), 43854-43856.

## INTRODUÇÃO

O ensino nas instituições policiais tem sido, cada vez mais, tema de estudos ao redor do mundo (Beluret al, 2019; Chappell e Lanza-Kaduce, 2009; Cordner, 2019; Baylis e Matczak, 2019; Söderström, 2019; Isaieva, 2018; Rui-Hsin e Lin, 2017; Fekjær e Petersson, 2018). Este interesse se justifica pela própria evolução da sociedade contemporânea, a qual não mais aceita atuações não-profissionais das forças de segurança pública, vetando-se ações baseadas puramente na discricionariedade do agente, as quais podem, invariavelmente, declinar para a arbitrariedade. No Brasil, há uma dicotomia ampliadora deste debate, representada por um sistema policial bipartido, na qual uma força exerce função judiciária (polícia civil) enquanto a outra é ostensiva, preventiva e militarizada (BRASIL, 1988). Neste sentido, a formação dos policiais militares também está em evidência, principalmente, o modo pelo qual ela auxilia – ou não – este agente a exercer suas atividades diárias (Minayo *et al.*, 2008; Viana, 2018; Veiga e Souza, 2018; Brunetta, 2015; Costa *et al.*, 2017). O desafio das corporações é obter a melhor e mais abrangente formação para esse segmento, embora seja notório que curso acadêmico ou técnico não “conseguirá abranger todas as habilidades e os conhecimentos necessários à formação de um profissional de qualquer área” (Minayo *et al.*, 2008, p. 109). No caso da Polícia Militar (PM), cujos homens executam ações complexas e que necessitam, portanto, de formação eclética (Bittner, 2003), o conhecimento a ser

transmitido deve ser, ao mesmo tempo, detalhado e abrangente, de modo a cumprir a dupla tarefa constitucional relegada a esta instituição: preservação da ordem pública e força auxiliar e reserva do exército (BRASIL, 1988). Espera-se, portanto, policiais profissionais e especializados (Bayley, 2003), menos “guerreiros” e mais “cidadãos” (Reis, 2019), mesmo que precisem utilizar, se houver necessidade, a força legítima (Rolim, 2009; Bittner, 2003). Para Weber (2003) a polícia é representante do Estado e única instituição habilitada a utilizar violência legítima para garantir segurança social. Diante disso, este artigo analisou a percepção dos policiais militares da cidade de Belém, Estado do Pará, Brasil, sobre ensino continuado naquela instituição. Objetivou, por meio dos dados colhidos, identificar quais as possibilidades de melhoria nesta formação, bem como descobrir se ela garante segurança técnica e profissional para o policial militar atuar cotidianamente. A metodologia incluiu pesquisas no diretório da CAPES, ocorridas em maio e junho de 2019. Foram utilizados cruzamentos entre as palavras-chaves “polícia militar”; “formação policial militar”; “formação policial”; “formação continuada” “educação continuada”; “direitos humanos”; “ensino continuado”; “educação policial”; “educação policial militar”; “ensino policial”; “ensino policial militar”. Selecionou-se, então, artigos em língua portuguesa, com recorte espacial de 10 anos, a fim de subsidiar a revisão preliminar de literatura. Os resultados apontaram 356 artigos, dos quais apenas 13 estavam efetivamente ligados à temática. Destes, quatro se repetiam. Após a seleção, chegou-se ao quantitativo de sujeitos a serem investigados (Tabela 1), por meio de amostragem

aleatória estratificada proporcional, definida por Costa (2011) como sendo o método que garante a representatividade dos diversos estratos, de forma proporcional ao peso de cada um deles na população total. Ressalte-se o uso da terminologia “graduação” no decorrer do artigo, aqui denotando o grau hierárquico da praça, ou seja, dos soldados, cabos, sargentos e subtenentes (BRASIL, 1980; PARÁ, 1985) e não a formação acadêmica. A coleta de dados ocorreu entre os meses de junho a agosto de 2019, envolvendo militares pertencentes ao Batalhão de Polícia Tática (BPOT), Companhia Independente de Operações Especiais (CIOE), Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), dentre outros batalhões de Belém, escolhidos de forma aleatória. A pesquisa foi predominantemente quantitativa, com margem de erro de 5% e grau de confiabilidade da amostra de 95%. Por meio de questionário virtual com 15 perguntas objetivas, garantiu-se o anonimato ao participante. Os critérios de inclusão foram: ambos os sexos; do serviço ativo; nas graduações cabo, sargento e subtenente; mínimo 10 anos de serviço; lotados em Belém; voluntários. Critérios de exclusão: fora das graduações referidas; reserva remunerada (“aposentadoria” do militar) ou gozando dispensa, licença ou outro afastamento; menos de 10 anos de serviço; atuar fora da capital paraense e; não ser voluntário. É salutar ressaltar que apenas uma pergunta, a de número seis, abria uma pequena possibilidade de contribuição subjetiva, posto trazer a opção “outro”, onde o pesquisado poderia responder livremente. Após a coleta, os dados foram tabulados utilizando-se o programa Microsoft® Excel 2010, para a construção de tabelas e gráficos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ensino continuado na PM traz consigo uma expectativa de que seu projeto pedagógico apresente habilidades e competências para o desenvolvimento profissional do policial militar, de forma contínua, no exercício seguro e diuturno da profissão. Para Cattani (1997), a formação profissional é inerente aos processos educativos que permitem ao trabalhador adquirir ou desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e práticos relacionados à produção de bens ou serviços.

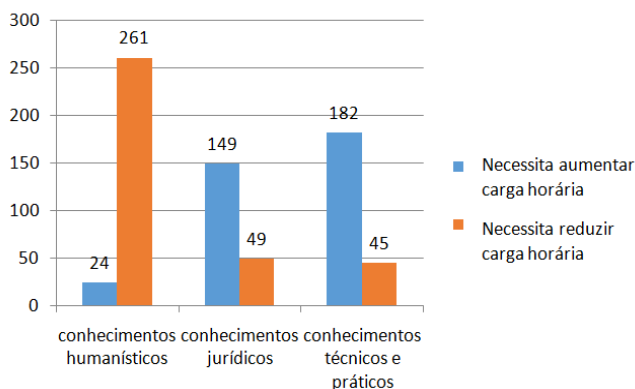
Essa formação é, geralmente, deliberada pela instituição ou empresa contratante, levando em consideração os conhecimentos teórico-práticos fundamentais para sua política de organização e gestão do trabalho. Assim sendo, o ensino continuado policial militar deveria preparar o agente, de forma teórica, técnica e prática, para atuar junto ao cidadão, garantindo seus direitos fundamentais, mas também a ordem pública. Entretanto, as forças policiais brasileiras denotam ausência de foco, tornando tudo “problema de polícia”. Nas palavras de Bittner (2003, p. 220), a competência de intervenção da polícia “se estende para qualquer tipo de emergência, sem exceção”. Bayley (2003, p. 119) acrescenta que os policiais se envolvem em eventos de naturezas diversas, e isso caracterizaria seu trabalho: crimes em andamento, brigas domésticas, crianças perdidas, acidentes de automóvel, pessoas suspeitas, arrombamentos, distúrbios públicos, prisão de infratores. Acrescente-se a esse rol o controle de distúrbios civis, eventos esportivos, guarda de estabelecimentos penais, segurança de autoridades, dentre muitas outras atribuições (PARÁ, 2020).

**Policiais militares e suas percepções sobre ensino continuado:** Percepção, na visão de Lamb, Hair e McDaniel (2012) seria o processo pelo qual nós selecionamos, organizamos e interpretamos os estímulos, acabando por traduzi-los em uma imagem significativa e coerente. Em outra perspectiva, mais filosófica, a percepção está relacionada à sensação, pelo viés racionalista, ambas dependendo do sujeito do conhecimento e da coisa exterior. Deste modo, o sujeito seria ativo, a coisa externa passiva. Portanto, sentir e perceber são fenômenos dependentes da capacidade do sujeito para decompor um objeto em suas qualidades simples (a sensação) e de recompô-lo como um todo, dando-lhe organização e significação, sendo esta a percepção (CHAUÍ, 2005). As respostas não representam a PM do Pará, entretanto, expressam fortemente a percepção dos policiais de Belém, corroboram com a ideia apresentada por Brunetta (2015), a qual argumenta que o compromisso com a corporação e sua hierarquia vem em primeiro lugar na formação do soldado policial, portanto, os conteúdos formativos ficam subaproveitados. Os resultados apontam para uma tropa desacreditada da formação recebida:

**Tabela 1. Quantidade de policiais militares lotados em Belém e amostra, no mês de maio de 2019.**

Patente (estrato)	Quantidade	Amostra*	% do estrato na amostra	% da amostra no total
CABO	1.365	154	43,4%	4,89%
3º SARGENTO	950	107	30,2%	3,4%
2º SARGENTO	518	58	16,3%	1,84%
1º SARGENTO	181	21	5,9%	0,66%
SUBTENENTE	132	15	4,2%	0,47%
TOTAL	3.146	355	100%	11,26%

\* Para calcular a amostra, utilizou-se a fórmula  $[n = N \times n0 / N + n0]$ , onde  $n0 = 1/E02$ , conforme Fontelles et al (2010). Fonte: Autores, a partir de dados fornecidos pelo Departamento Geral de Pessoal da Polícia Militar do Pará, 2020.



Fonte: Autores, 2020.

**Gráfico 1. Necessidades de carga horária, por eixos temáticos, Belém, agosto de 2019**



Fonte: Autores, 2020.

**Gráfico 2. Percepção sobre os impactos da mudança ocorrida nos cursos de ensino continuado para a PM e sociedade, em Belém, agosto de 2019**

70% dos entrevistados percebem o ensino interno como fator que prepara o policial apenas parcialmente para exercer suas funções. Creem ainda no incremento dos conhecimentos jurídicos para respaldar suas ações.

Houve também uma constatação contrária aos discursos de mudanças institucionais apregoadas pelas corporações militares dos estados e pela sociedade: para maior parte dos entrevistados, a oferta de disciplinas de conteúdos humanísticos e reflexivos poderia ter sua carga diminuída, denotando a ideia de ação com pouca reflexão, tão maciçamente combatida nos dias atuais. Reforçando essa ideia, Santos Júnior e Martins (2011), afirmam: a predominância de um “elevado espírito de emulação” durante os cursos, onde a memorização e repetição de atividades se sobressaem, em detrimento do estímulo pela criticidade é um dos fatores dificultadores do bom desempenho do policial recém-formado. Dentre as 15 questões objetivas, a sexta pergunta do questionário permitiu certa subjetividade aos respondentes, posto ter, entre suas opções, a alternativa “outra resposta”, a qual permitiu que os mesmos expressassem, com suas palavras, seus pontos de vista. Apenas cinco sujeitos utilizaram essa opção. Eis algumas respostas: “a realidade e muito diferente do que aprendemos (...) só aprendemos o básico mesmo porque onde verdadeiramente aprendemos é na rua onde no dia a dia passamos por situações diferentes e temos que resolver a qualquer custo, caso o contrário podemos passar por problemas administrativos e de justiça principalmente (sic)”. Sujeito 01; “até e satisfatório, mais deveria ser mas voltado a nossa realidade; pois foge muito do serviço de rua! (sic)”. Sujeito 02.

Os entrevistados responderam sobre as temáticas que poderiam ter carga horária reduzida ou aumentada, cujos resultados estão no Gráfico 1. A percepção sobre a mudança ocorrida nos cursos de ensino continuado na corporação paraense, os quais passaram a admitir modalidades de ensino à distância, com redução da carga horária total estão expressas no Gráfico 2. No tocante à relação entre teoria estudada e a prática cotidiana, 17 entrevistados (4,8%) avaliaram existir uma discrepância absoluta entre as duas variáveis, entendendo os conhecimentos teóricos como elementos fantasiosos, completamente aquém da realidade do serviço policial, ao passo que a maior parte da amostra (338 sujeitos, 95,2%) acredita que os conhecimentos vistos nos cursos são utilizáveis no dia-a-dia, embora acreditem que alguns conhecimentos jurídicos devam ser incrementados, a fim de respaldar as ações dos agentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino policial militar evoluiu ao longo das últimas três décadas, desde a Constituição Federal de 1988, entretanto, em alguns pontos, ainda se mostra defasada, com teorias nem sempre ligadas às atividades efetivamente realizadas no dia-a-dia. A instituição paraense foi minimamente acolhida nesta pesquisa e, por mais que a amostra utilizada represente aproximadamente 2,4% do total, ela é significativa dentro do contexto da capital do Estado do Pará, onde representa por volta de 11% de seu efetivo, nas graduações desejadas. As opiniões e percepções desses sujeitos podem influenciar mudanças na política educacional da corporação, a fim de se acolher novas modalidades, como o ensino à distância, mas devem servir, principalmente, para realmente preparar policiais cidadãos, convictos de seu papel constitucional e cientes de seus deveres e direitos.

## REFERÊNCIAS

Bayley, D. Padrões de Policiamento. Série Polícia e Sociedade; n. 1. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

Baylis, M., Matczak, A. Tracking the evolution of police training and education in Poland: linear developments and exciting prospects. *Police Practice and Research*, DOI: 10.1080/15614263.2019.1598072.

Belur, J., Agnew-Pauley, W., Mcginley, B., Tompson, L. A Systematic Review of Police Recruit Training Programmes. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, Volume 14, Issue 1, March 2020, Pages 76–90, <https://doi.org/10.1093/police/paz022>.

Bittner, Egon. Aspectos do trabalho policial. São Paulo: Edusp, 2003.

Brasil. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16880.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16880.htm). Acesso em 02/12/2020.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Presidência da República. 1988.

Brunetta, A. A. Não-formal e informal no ensino policial. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo v. 9, n. 2, 130-140, ago/set 2015.

Cattani, A. D. (Org.) Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

Chappell, A. T., Lanza-Kaduce, L. Police Academy Socialization: Understanding the Lessons Learned in a Paramilitary-Bureaucratic Organization. *Journal of Contemporary Ethnography*, 39(2) 187–214.

Chauí, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática. 2005.

Cordner, G. Rethinking police education in the United States. *Police Practice And Research*. <https://doi.org/10.1080/15614263.2019.1598066>.

Costa, P. R. Estatística. – 3. ed. – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Curso Técnico em Automação Industrial, 2011.

Costa, L. G.; Lobo, L. R.; Hurtado, R. R.; Almeida, M. A.; BARBOSA, A. E. A Formação dos Soldados da Polícia Militar: compreensões a partir de concepções teóricas. *REBESP*, v. 10, n. 1, 41-52, 2017.

Fekjær, S.B., Petersson, O. Producing legalists or dirty Harrys? Police education and field training. *Policing and Society*. DOI:10.1080/10439463.2018.1467417.

Fontelles, M. J., Simões M. G., Almeida J. C., Fontelles R. G. S. Metodologia da pesquisa: diretrizes para o cálculo do tamanho da amostra. *Rev. Paran Med*. 2010.

Isaieva, I. Police Training in the system of professional training for Federal Police Force in Germany. *Comparative Professional Pedagogy* 8(4)/2018. DOI: 10.2478/rpp-2018-0054.

Lamb, C. W., Hair, J. F.; McDaniel, C. Marketing. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Minayo, M. C. S., Souza, E. R., e Constantino, P., coords. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. 328 p. ISBN 978-85-7541-339-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 08/11/2020.

Muniz, J. Ser Policial é Ser Sobretudo uma Razão de Ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro, 1999. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes.

Pará. Lei nº 5.251 de 31 de julho de 1985. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Estado do Pará e dá outras providências. Disponível em <https://www.bombeiros.pa.gov.br/Wp-Content/uploads/2020/09/Lei-5251-Estatuto-Da-Pmpa-2017-Ok.Pdf>. Acesso em 12/12/2020.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 126, de 13 de janeiro de 2020 – Altera a Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre a Organização Básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará (PMPA). Publicada no DOE nº 34.089, de 14/01/2020.

Polícia Militar Do Pará/ DEPARTAMENTO GERAL DE PESSOAL. Dados do efetivo extraídos do Sistema Integrado de Gestão Policial/SIGPOL. Acesso restrito. Acesso em 09/07/2020.

Reis, J. F. G. Quem é a Polícia? Um foco na Polícia Militar do Pará. 1. ed. Belém: GAPTA, 2019.

Rolim, M. A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed: Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2009.

Rudnick, D. O Ingresso de Bacharéis em Direito na Polícia Militar gaúcha. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jul./dez. 2008.

Rui-Hsin, K., LIN, C-T. The usage intention of e-learning for police education and Training. *Policing: An International Journal*, Vol. 41 No. 1, 2018, pp. 98-112.

Santos Júnior, A. A.; Martins, C. M. O Cotidiano da Docência no Ensino Superior Policial Militar. *Revista Militar* N.º 2513/2514, 911-935, 2011.

Söderström, T., Lindgren, C. Neely, G. On the relationship between computer simulation training and the development of practical knowing in police education. *The International Journal of Information and Learning Technology*, <https://doi.org/10.1108/IJILT-11-2018-0130>.

Veiga, C. C. P. S.; Souza, J. S. A Produção Científica Sobre Formação dos Policiais Militares no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo v. 12, n. 1, 50-70, fev/mar 2018.

Viana, D. W. Entre a Academia Militar e a rua: um estudo sobre a formação e a prática de policiais militares na perspectiva da educação e da psicologia social comunitária. Dissertação. UFPR, Curitiba – PR, 2018.

Weber, Max. A política como vocação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.